

## A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS DE SIMPLIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

SÍDNEI AGOSTINHO BENETI

Juiz do 1º TAC-SP; Prof. de Direito Processual Civil; Diretor-Adjunto da Escola Nacional da Magistratura; Membro da Comissão de Reforma do CPC

1 – As leis de simplificação processual <sup>(1)</sup> devem ser vistas à luz da evolução científica que as produziu. A Lei das Pequenas Causas (Lei nº 7.244, de 7.11.1984) sintetizou, na legislação, o que a doutrina recente vem firmando com a segurança de movimento sem retorno: a instrumentalidade das formas, essencial à celeridade e ao acesso efetivo à Justiça <sup>(2)</sup>. Com efeito, dispõe o art. 2º da lei referida que “o processo, perante o Juizado Especial de Pequenas Causas, orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível a conciliação das partes”.

Esses princípios <sup>(3)</sup> não são privativos das pequenas causas, mas, antes, incrustam-se no ideal do processo como forma útil civilizada de solução de conflitos de interesse. Nem são peculiaridade de um sistema nacional. Vagam, ao contrário, nas legislações, na busca do cumprimento do dever de pacificação e Justiça a cargo do Estado, apresentando-se, na experiência legislativa comparada atual, na Lei de Simplificação Pro-

---

(1) Leis: 6.455, de 24.8.1992; 8.637, de 31.3.1993; 8.710, de 24.9.1993; 8.718, de 14.10.1993; 8.898, de 29.6.1994; 8.950, de 13.12.1994; 8.951, de 13.12.1994; 8.052, de 13.12.1994; e 8.953, de 13.12.1994. Projetos: Agravo de instrumento; sumário; processo monitorio e uniformização da jurisprudência.

(2) A instrumentalidade caracteriza a terceira onda renovadora do Direito Processual, salientada por CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO (*Instrumentalidade do Processo*, São Paulo, 3ª. ed., Malheiros, 1994, pág. 38; também: ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, ADA PELLEGRINI GRINOVER e CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Teoria Geral do Processo*, 10ª. Ed., Malheiros, 1993, pág. 45). Integram-na os movimentos de participação e acesso à Justiça (v. MAURO CAPPELLETTI e BRIAN GARTH, *Acesso à Justiça*, Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, (Trad. HELEN GRACE NORTHFLEET).

(3) O art. 2º da Lei nº 7.244, de 7.11.1984 refere-se a critérios, mas, propriamente, são princípios, ou axiomas, pois “verdades” fundamentais que condicionam a coerência lógica do sistema”.

cessual Alemã de 1976 <sup>(4)</sup> e nas recentes leis de Reforma Processual Civil italiana <sup>(5)</sup>, portuguesa e francesa. O movimento de reforma das leis processuais encerra o que, em escrito específico, DONALDO ARMELIN caracterizou como tarefa de eliminação dos "pontos de estrangulamento do processo, civil, que têm potenciado o retardamento da prestação jurisdicional, com reflexos detrimenais para a operatividade do sistema processual" <sup>(6)</sup>.

Bem assinalaram os Ministros e Professores SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA e ATHOS GUSMÃO CARNEIRO, **pushers** da reforma do Código de Processo Civil, juntamente com a Desembargadora FÁTIMA NANCY ANDRIGHI, Secretária da Comissão, e o então Deputado NELSON JOBIM, autor da maior parte dos Projetos de Lei: "há muito que se reclama caber ao jurista não apenas compreender e interpretar o sistema legal vigente, contribuindo para a evolução do pensamento jurídico. Dele se reclama, ao lado de uma postura crítica construtiva, a sua contribuição para a realização prática do Direito, inclusive na elaboração das normas e nas transformações que se mostrarem imprescindíveis ao aperfeiçoamento da ordem jurídica" <sup>(7)</sup>.

Esse o sentido da análise do processualista moderno, preocupado com a "efetividade do processo como meio de acesso à justiça", de forma que "a mudança de mentalidade em relação ao processo é uma necessidade, para que ele possa efetivamente aproximar-se dos legítimos objetivos que justificam a sua própria existência" <sup>(8)</sup>.

2 – A simplificação e a aceleração encerram o extrato dos demais princípios referi-

- 
- (4) **Vereinfachungsnovelle**, de 1976, pela qual se inseriram na legislação as experiências do célebre **Stuttgarter Modell**, desenvolvido por BAUR, Professor da Universidade de Tübingen e Juiz do **Bundesgerichtshof** (equivalente ao Superior Tribunal de Justiça brasileiro, e pelos Magistrados da recém-criada 20ª. Câmara do **Landgericht** de STUTTGART, sob influência de BENDER, então Juiz da Câmara.
- (5) Lei nº 353, de 26.11.1990 (*Provvedimenti urgenti per il processo civile*), Lei nº 374, de 21.11.1991 (*Istituzione del giudice di pace*) e Lei nº 477, de 4.12.1992 (*recante disposizione sull'efficacia di norme della legge 29 novembre 1991, nº 374, istitutiva del giudice di pace e delle legge 26, novembre de 1990, nº 352, contenente provvedimenti urgenti per il processo civile*).
- (6) DONALDO ARMELIN, *A Nova Disciplina da Liquidação de Sentença*, em Informativo IASP nº 19, nov/dez 1984, pág. 9.
- (7) SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA e ATHOS GUSMÃO CARNEIRO, *A Reforma do Processo Civil - Simplificação e Agilização*, em "ADV-Advocacia Dinâmica", São Paulo, ed. **Seleções Jurídicas**, fev/1993; cf. também SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, *O Aprimoramento do Processo Civil como Pressuposto de uma Justiça Melhor*, "Adv. Dinâmica", **cit.**, pág. 3; *Uma Nova Justiça*, em *Estatuto da Magistratura e Reforma do Processo Civil*, Belo Horizonte, ed. Del Rey, 1993, pág. 9.
- (8) ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, ADA PELLEGRINI GRINOVER e CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Teoria Geral do Processo*, S. Paulo, ed. Malheiros, 10ª. Ed., pág. 45.



dos, que nestes se subsumem. Diante deles, pode-se afirmar que a onda da instrumentalidade trilha o período da deteiorização prática do processo <sup>(9)</sup>.

Nesse contexto situam-se as normas de reforma do Código de Processo Civil, já legisladas ou em projeto. Na arguta observação e feliz síntese de JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI, toda a reforma se nutre de "manifesta obstinação em simplificar" <sup>(10)</sup>.

Na legislação processual brasileira, aliás, vem de bem antes o germe da simplificação, ostentando, com todas as letras, no Código de Processo Civil de 1973 e, décadas antes, no Código de Processo Penal. As regras básicas de sanção de nulidades processuais, inscritas em ambos os Códigos <sup>(11)</sup>. Nessa matéria, o senso comum do aplicador do Direito Processual, fortemente contaminado da ideologia subjacente ao formalismo do processo lusitano histórico e do processo canônico é que vem, entre nós, derroando as tentativas de simplificação registradas pela norma positivada, tentativas essas, por vezes, com notável avanço de praticidade <sup>(12)</sup>, diante das quais o meio jurídico operacional, muitas vezes, atuou, como já se disse, como "um Midas ao contrário" <sup>(13)</sup>.

3 – A interpretação das Leis de Simplificação processual não pode deixar de levar em conta que essas leis vieram para a simplificação e agilização do procedimento, com o que se garante o acesso efetivo à Justiça, de modo que sempre que necessária a in-

(9) A deteiorização, compreenda-se bem, visa à prática, ou seja, é tão-somente operacional. Não implica, nem de longe, tentativa de destruição do admirável edifício científico paulatinamente erigido desde a modernização do processo com a polêmica **Windscheid-Mutter** e a obra de BÜLOW. Deve-se às categorias processuais, inventariadas e organizadas pela doutrina, a congruência do sistema, que fornece as bases necessárias da segurança operacional. Pela deteiorização, assim, apenas se corrige a anomalia da invasão do campo operacional, forçosamente concreto e específico, pela proclamação em tese, abstrata e geral – e, forçosamente, destruidora da operacionalidade individual dos microsistemas. Veja-se, e.g., o que ocorreu com o princípio da documentação, que aniquilou, na prática a oralidade, em que pesem todas as solenes proclamações de mística veneração.

(10) "Processo Civil Realidade e Justiça (Sobre a Legislação Processual Projetada", em *Processo Civil, Realidade e Justiça*, São Paulo, Saraiva, 1994, pág. 138).

(11) CPP, art. 563: "Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa"; CPC, art. 244: "Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade o Juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade".

(12) P. ex.: a reclamação trabalhista, da Consolidação das Leis do Trabalho, o procedimento da Lei de Alimentos (Lei nº 5.478, de 25.7.1968) e o da Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 22.9.1980). Medite-se, mesmo, na tendência à burocratização, em certas unidades judiciárias, do próprio procedimento estrepitosamente desburocratizado das pequenas causas (Lei 7.244, de 1984).

(13) SIDNEI AGOSTINI e BENETI, *Reforma do Processo de Conhecimento*, Jornal "A Tribuna da Justiça", 11 março/1995, pág. 23.





interpretação de ponto aparentemente duvidoso nessas leis, é preciso não esquecer que vieram elas para simplificar e agilizar, não para complicar e procrastinar.

A hermenêutica deve observar a finalidade da lei, ou, no dizer de HAMILTON ELLIOT AKEL, "buscando, dentre as muitas significações que as palavras em que a norma vem expressa, aquela que lhe dá maior operacionalidade, porque conforme à própria razão final do preceito, o intérprete revela a regra latente encapsulada na regra expressa" (14). Essa interpretação, a teleológica, é a regra hermenêutica básica a nortear a interpretação das leis de simplificação, as quais, assim, indicam, com ostentação de fácil entendimento até para os ouvidos das pedras das ruas, que o momento é novo para todo o sistema processual, cuja interpretação tem de acompanhar a evolução científica de teorização prática, visando à rápida atuação do sistema jurisdicional.

Nesse sentido é que, com candente verbo, CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, soprando forte do alto do justo reconhecimento nacional, proclamou: "O processo civil moderno quer ser um processo de resultados, não um processo de conceitos ou de filigranas" (15).

Também, congruentemente, é a voz de SÉRGIO BERMUDEZ, assinalando que as leis de simplificação de tal modo "transformaram o Código, que não será exagero falar na reforma dele. A leitura dessas leis, elaboradas com apuro técnico, revela o cuidado do legislador com a efetividade do processo. Buscaram todas elas tornar o processo judicial, que o CPC regula, ágil e seguro instrumento de administração da justiça civil no país. Oxalá, ao propósito das leis corresponda o dos seus aplicadores porque só deles dependerá a realização dos objetivos das normas. Nenhuma Lei resiste ao misoneísmo, que teme o novo e, às vezes, termina em desastrosa deturpação, quando pretende tratá-lo como coisa antiga, sem perceber as mudanças que ele traz. Nenhuma lei sobrevive ao descaso, à indolência, ou ao propósito daninho de impedir sua adequada atuação. A cegueira para o sistema no qual a lei se insere, para os princípios, que a norteiam, para os institutos, que ela regula, é a mais ferrenha adversária do seu êxito" (16).

(14) HAMILTON ELLIOT AKEL, *O Poder Judicial e a Criação da Norma Individual*, S. Paulo, Saraiva (originais no prelo, pág. 54).

(15) CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *A Reforma do Código de Processo Civil*, São Paulo, Malheiros, 1995, pág. 20. A frase lembra outro veemente alerta, de que, infelizmente, a praxe nem sempre se lembrou, isto é, o da "Exposição de Motivos do Código de Processo Penal a respeito do "frívolo curialismo, que se compraz em espiolar nulidades" (CPP, *Exposição de Motivos*, item XVII).

(16) SÉRGIO BERMUDEZ, *A Reforma do Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro, ed. Freitas Bastos, 1995, pág. 7. O autor bem assinala a coerência, que demonstra a evolução da ciência processual no sentido do já referido processo de resultados, com o Anteprojeto de 1985, elaborado por comissão composta dos Eminentíssimos Profs., Advogados e Juizes LUIS ANTÔNIO DE ANDRADE, CALMON DE PASSOS, KAZUO WATANABE, SÉRGIO BERMUDEZ e JOAQUIM CORREA DE CARVALHO JÚNIOR CALMON DE PASSOS

Eis a moldura do quadro de interpretação das leis de simplificação e agilização processual. Nesse quadro devem ser interpretadas algumas questões que já se apresentam ao aplicador da lei, como segue.

**4 – O litisconsórcio recusável, que agora ressurge (CPC, art. 46, par. único), deve ser visto com amplitude maior do que possuía o instituto no Código de 1939, (17), isto é, a limitação pode ser realizada não só a requerimento da parte contrária mas também *ex officio* (18), embora a redação do dispositivo legal (especialmente a referência a "pedido", no início da 2ª. parte do referido parágrafo único do art. 46) pudessem levar, inicialmente, à equivocada exigência de requerimento da parte contrária.**

Os objetivos da recusabilidade do litisconsórcio monstruoso são de ordem pública. O juízo não pode permitir que o instituto do litisconsórcio, nutrido do princípio da economia processual, venha a tornar-se empecilho para o desenvolvimento da relação jurídica processual e para a demarcação dos contornos probatórios, com o resultado nocivo, ainda, de despersonalização dos litigantes (19).

**5 – Cautelares satisfativas.** – Em certas situações evidentes, como a em que toda a matéria componente dos contornos possíveis da lide tenha sido posta no processo cautelar, de modo a esgotar-se a potencialidade do surgimento de mais alegações no oferecimento da inicial e da contestação, poderá a tutela antecipada levar à desnecessidade de propositura de ulterior ação satisfativa.

Assim é que vem a conclusão, com olhos no avanço processual, de NELSON NERY JR. e ROSA MARIA ANDRADE NERY, estendendo as potencialidades do conteúdo do par. 3º do art. 84 do Cód. de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11.9.1990), à luz da redação do art. 273 do Cód. de Proc. Civil: "A regra do CPC 84 par. 3º agora se estende a todo o processo civil, de sorte que o Juiz poderá conceder o adiantamento da tutela definitiva de mérito, sob a forma de liminar, quando verificados os pressupostos legais. A norma admite pedido liminar em toda e qualquer ação. A possibilidade de se-

---

(Suplemento ao nº 246 do Diário Oficial da União de 24.12.1985, Seção I) Conclui o autor: "O cotejo entre nosso anteprojeto e as leis agora editadas mostra que muitos dispositivos sugeridos naquele foram fielmente adotados nestas, enquanto outros inspiraram várias das normas, finalmente integradas ao direito positivo brasileiro" (ob. cit. pág. 8).

(17) CPC 1939, art. 88 "admitir-se-á o litisconsórcio ativo e passivo quando fundado na comunhão de interesses, na conexão de causa, ou na afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito. No primeiro caso, não poderão as partes dispensá-lo; no segundo, não poderão recusá-lo quando requerido por qualquer delas; no terceiro, poderão adotá-lo, quando de acordo".

(18) Nesse sentido da admissão *ex-officio*, cf. SÉRGIO BERMUDEZ, ob. cit., pág. 18..

(19) Nesse ponto, CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO anotou os males da massificação do julgamento multitudinário: "Multidões de partes no processo são sempre nocivas à boa qualidade do exercício da jurisdição e levam os juízes, muitas vezes, a julgar a causa somente pela tese, descurando-se do exame da efetiva situação concreta de cada um dos membros da multidão" (ob. cit. pág. 58).



rem concedidos, por exemplo, "cautelares satisfativas" está expressamente admitida pela norma sob comentário" (20).

A interpretação, levando à otimização o caminho aberto pela antecipação da tutela (CPC, art. 273), poderá vir a atalhar o surgimento de dificuldades marcantes da vida prática, como, diante da obtenção de liminar em processo cautelar inominado (CPC, art. 278), a necessidade de propositura de ação principal de individualização nem sempre efetiva, ou, ao menos, clara.

A matéria vem exigindo dos operadores do processo, mormente Advogados, intenso exercício de imaginação criadora, como no caso da já realização de espetáculos garantidos pela concessão da liminar cautelar, ou de recuperação de objetos em poder de quem não lhes pretenda propriedade ou posse – p. ex., aparelhos deixados com técnicos para consertar e não devolvidos para coação de pagamento. Nesses casos – a que, eventualmente, se poderá agregar a sustação de protesto proposta com todos os contornos definitivos de cognição (21) – se poderá chegar à desnecessidade de propositura da chamada ação principal (CPC, art. 806), resolvendo-se, ainda, os difíceis problemas decorrentes da eventual perda do prazo para propositura de aludida ação principal, na pendência de liminar com toda a satisfatividade concedida, casos, em que a cessação dos efeitos da liminar (CPC, art. 808, I) levaria à evidente iniquidade.

**6 – Execução provisória da antecipação da tutela.** – O instituto da antecipação da tutela, em que se depositam tantas esperanças de sumarização do processo e celeridade do procedimento (CPC, art. 273), enseja, entre vários aspectos polêmicos, o da adequação da execução provisória e seus limites, assunto especialmente delicado ante a provisoriedade do próprio provimento antecipado.

Para a harmonização de tal execução é que se lançou cautela, em texto expresso, de determinar que "a execução da tutela antecipada observará, no que couber, o disposto nos incisos II e III do art. 588" (CPC, art. 273, par. 3º). Essa locução "no que couber" é a marca de solução de compromisso permanente com a simplificação e agilização. Nos casos em que a execução provisória, mormente no que diz respeito à execução por quantia certa, vier a significar risco de prejuízo de difícil e complicada reparação, será o caso rigor na exigência de caução (CPC, art. 273, II) em forma de fácil

(20) NELSON NERY JR. e ROSA MARIA ANDRADE NERY, *Cód. de Proc. Civil*, S., Paulo, Malheiros, 1994, Suplemento de Atualização, pág. 12, art. 273, 1. Os autores remetem, ainda, a "Corrent. CDC 84, WATANABE, in NERY CDC Corrent. 524/525; NERY, DC 1/200 ss; MARINONI, Tut., passim" (ob. loc. cit.).

(21) Quanto à sustação de protesto, está aberto o caminho para a volta à construção inicial do instituto da sustação de protesto, tal como anotado por, quíçá seu primeiro expositor de peso, PEDRO VIEIRA MOTTA, que previa dois instrumentos processuais para a pretensão, o processo cautelar, com medida cautelar inominada, a seguir-se a propositura de ação principal, e o procedimento comum, com incrustamento de liminar, diante do poder geral de cautela do Juiz (cf. PEDRO VIEIRA MOTTA, *A Sustação do Protesto Cambial*, S. Paulo, Saraiva, 1990, pág. 108).



liberação, como a caução em dinheiro ou a bancária. Também nem sempre se perderão os efeitos da antecipação da tutela, no caso de superveniência de sentença "que modifique ou anule a que foi objeto da execução, restituindo-se as coisas no estado anterior" (CPC, art. 273, III) e encontrando-se outra forma de recomposição, nos casos em que não couber.

7 – A audiência preliminar (CPC, art. 331), de presença histórica em nosso direito processual <sup>(22)</sup> e tendência dos sistemas modernos <sup>(23)</sup> deve ser instrumento de aceleração da atividade processual, não de retardamento, pressupondo, por isso, organização das pautas de audiência das Varas em moldes, que permitam a realização de grande número de audiências em reduzido espaço de tempo, como se faz, aliás, no âmbito da Justiça do Trabalho. E devem ser precedidas de acurado estudo dos autos pelos Juízes, a fim de que nela profiram o provimento ordenatório (CPC, art. 330, par. 2º), tão importante quanto a tentativa de conciliação.

Mas daí não se segue a obrigatoriedade de designação dessa audiência nos casos de pretensões puramente relativas a direitos indisponíveis, por expressamente ressalvado que se trata de previsão para direitos disponíveis <sup>(24)</sup>, valendo, contudo, a arguta observação de SÉRGIO BERMUDEZ, alvitrando o alcance "quando aos direitos indisponíveis suscetíveis de composição" <sup>(25)</sup>.

A designação dessa audiência em todos os casos, inclusive referentes a direitos indisponíveis insuscetíveis de composição, viria a produzir o efeito contrário ao desejado pela reforma, com o sobrecarga de pautas, relativamente a casos em que a audiência preliminar não poderia produzir o efeito do desfogo por intermédio da conciliação.

8 – Registro da penhora de bem imóvel (art. 659, par. 4º). – A interpretação afinada com o espírito da reforma atende a que o registro não veio para criar empecilhos

---

(22) Vinda do Regulamento 737, de 25.11.1850, art. 23: "Nenhuma causa comercial será proposta em juízo contencioso sem que previamente se tenha tentado o meio da conciliação, ou por ato judicial, ou por comparecimento voluntário das partes", seguindo-se algumas exceções (cf. Apêndice em PEREIRA E SOUZA, "Primeiras Linhas sobre o Processo Civil", "acomodadas ao Foro do Brasil por AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS", Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1906, pág. 460).

(23) A *Votermiin* do *Stuttgarter Modell* de 1967, e a audiência preliminar do "Código de Processo Civil-Tipo" para a América Latina, art. 301.

(24) Art. 331: "Se não se verificar qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes e a causa versar sobre direitos disponíveis...". Nesse âmbito, não é melhor a interpretação exposta em primeira ponderação do texto, realizada na magnífica obra, escrita em dezenove dias, do E. Professor CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, a exigir a designação dessa audiência em todos os casos, mesmo de direitos indisponíveis (*ob. cit.*, pág. 121).

(25) SÉRGIO BERMUDEZ, *ob. cit.*, pág. 44.

à fluidez do procedimento de penhora, de modo que não se pode concluir pela necessidade de efetivação do registro e posterior intimação do devedor, para início do prazo para embargos.

Ao contrário, a conclusão adequada à reforma é a que enseja a instauração do processo de execução por quantia certa, com a penhora e a intimação do devedor, para, só depois dessa intimação e início do curso do prazo para embargos (CPC, art. 738, I), exigir-se o registro da penhora, para salvaguarda de direitos ao ensejo da venda em hasta pública (26), não sendo, portanto, o registro da penhora, elemento dela constitutivo (27).

9 – Os pontos acima destacados demonstram concretização da interpretação teleológica das leis da Reforma Processual, otimizando a funcionalidade do processo, em lhe por em risco a segurança – com a qual se obtém a composição a lide com a Justiça.

Relativamente a alguns desses pontos, admita-se que poderia ser apresentadas, com bons, argumentos, orientação diversa. Mas esta viria contra a finalidade da legislação de reforma e significaria, sem dúvida, a visão do fenômeno processual condicionada por ótica que, em diversas encruzilhadas históricas da efetividade do processo, já lhe impôs o distanciamento da realidade a que deve servir, transmutando-o, da majestosa fonte autônoma de bem jurídico consistente na certeza do direito, contada pela doutrina, em fonte autônoma de males, decorrentes do aniquilamento de Direitos, à custa do longo penar das partes e dos operadores do sistema processual.

Venha, ao longo do novo processo legislado, a boa hermenêutica teleológica instrumental do processo, a fim de que se consiga, realizar melhor a Justiça.

---

(26) CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *ob. cit.*, pág. 247;

(27) Cf. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, *CPC Anotado*, S. Paulo, Saraiva, 6ª. Ed., art. 659, par. 4º. Nesse sentido, também as conclusões de HUMBERTO THEODORO JR., DONALDO ARMELIN e FÁTIMA NANCY ANDRIGHI, expostas em palestras, e de SIDNEI AGOSTINHO BENETI, *A Penhora de Bem Imóvel diante da Lei 8.953/94*.

